

REPRESENTANTES PRESENTES

1. SP URBANISMO – SÃO PAULO URBANISMO

Antonio Carlos Cintra do Amaral Filho – Representante Titular

2. SMDU – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Tereza Beatriz Ribeiro Herling – Representante Titular

3. SEHAB – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Antonio Rodrigues Martins – Representante Titular

4. SF - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Osana Luz Novais Moreira – Representante Suplente

5. SIURB - SECRETARIA MUNICIPAL INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS

Mário Luiz Sandoval Schmidt – Representante Suplente

6. SP/JÁ – SUBPREFEITURA JABAQUARA

José Williams Diniz Monteiro – Representante Titular

7. FAU USP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Renato Cymbalista – Representante Titular

Maria Lúcia Refinetti R. Martins – Representante Suplente

8. OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

Juarez Eduardo de Andrade Fortes – Representante Suplente

9. MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

Robin Hlavnicka – Representante Titular

Cibele Martins Sampaio – Representante Suplente

10. ASSOCIAÇÃO DE REPRESENTANTES DOS MORADORES DE FAVELAS

João das Virgens da Silva – Representante Titular

Maria de Lourdes Ribeiro – Representante Suplente

11. UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA

Gerôncio Henrique Neto – Representante Titular

CONVIDADOS E TÉCNICOS PRESENTES

VLADIMIR AVILA – SP URBANISMO DGF/GOU

ROSA MARIA MIRALDO – SP URBANISMO-DGF

LÚCIA MIYUKI OKUMURA – SP URBANISMO DGF/GOU

THIAGO BARBIZAN – SEHAB-G

JOÃO PAULO CUZZIOL – SEHAB-DTPO

NATÁLIA ROMANO SOARES – SEHAB-SAD

RICARDO PEREIRA DA SILVA – SP OBRAS

JÚLIA COELHO DOURADO – SP OBRAS

REGINA MONTEIRO – SABROVE/ MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

MARIA ALICE DOS SANTOS BUENO - VIVACORD

SHEILA MENDES DO NASCIMENTO – FAVELA NOVA MINAS GERAIS/ CORRUIRAS

ELISABETE OLIVEIRA – ASSOCIAÇÃO MULHERES DE LUTA

EDILSON MINEIRO – GABINETE VER. NABIL BONDUKI

BENEDITO BARBOSA – UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA

MARIA DE LOURDES – JD. LURDES

VALÉRIA CANESTRI – SUBPREFEITURA JABAQUARA

Às 15h30min, no auditório do 10º andar do Edifício Martinelli, **Antonio Carlos Cintra**, Diretor de Gestão e Finanças da São Paulo Urbanismo e membro titular desta empresa no Grupo Gestor da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, tendo observado a presença de membros

suficientes para o início dos trabalhos, abriu a 33ª Reunião Ordinária saudando a todos os presentes e apresentando a pauta do encontro.

Submete aos membros do Grupo Gestor presentes a aprovação da ata da 32ª Reunião Ordinária realizada em 17/12/2013. A ata foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas.

Na sequência passou a palavra a **Rosa Miraldo**, Assessora da Diretoria de Gestão e Finanças da SP Urbanismo para que iniciasse a apresentação dos informes no relativos a CEPAC – aspectos financeiros e estoques, através de slides que são parte integrante desta ata.

Terminada a apresentação deste tópico, a SEHAB é convidada a trazer os informes relativos a HIS – andamento de projetos e obras no âmbito desta operação urbana, na pessoa do Sr. **Antonio Rodrigues Martins**, Representante Titular daquela Secretaria neste Grupo Gestor. É utilizada apresentação de slides, que também passará a integrar esta ata. Entre os esclarecimentos prestados estão a assinatura de convênio entre a Prefeitura do Município de São Paulo/SEHAB e o Governo do Estado de São Paulo/CDHU para provisão de 1000UH nas áreas já decretadas como de interesse social pela PMSP – áreas 60 a 66 do Programa, além dos conjuntos empreendidos pelo CDHU em fase de aprovação na Secretaria de Licenciamento (Jabaquara, Sacomã e Campo Belo), com potencial de atendimento de 1228 UH. Esta frente de atendimento se deve ao atendimento de famílias atingidas pelas obras da Linha 17 – Monotrilho, do Metrô, além do atingimento pelas obras da Via Parque pela OUCAE. A Cia. do Metrô deverá arcar com o auxílio aluguel por ocasião da remoção destas famílias em particular (obras da Linha 17). O potencial total estimado de atendimento em unidades habitacionais nos terrenos já decretados pela Municipalidade nos Setores Jabaquara e Americanópolis da OUCAE é de 8571 unidades, oriundas da provisão a ser feita pela CDHU, pela SP Obras (4000 licitadas) e 2000 pela SEHAB.

Esclarecimentos acerca da área de propriedade do Governo do Estado de São Paulo junto ao Jardim Edite: através de decreto estadual, o Governo do Estado reservou área maior que o previsto para instalação no local de Batalhão da Polícia Militar, remanescendo área que, embora pequena para atendimento da pendência judicial que determina construção de novo HIS no local, existe possibilidade de aproveitamento. Deverá ocorrer acordo com a Defensoria Pública para posterior encaminhamento ao Judiciário. **Natalia Romano Soares**, advogada-SEHAB-SAD esclarece que o número de unidades a serem complementadas é 22. Antonio Rodrigues Martins complementa informando que são 67 famílias a serem atendidas considerando as 22 acima citadas mais as previstas para o conjunto em obras “Estevão Baião”, mas que preferem ser atendidas no Jardim Edite. O terreno remanescente para execução de novo HIS junto ao Jd. Edite, após o decreto estadual, ficou reduzido a 1.250m². De acordo com o potencial construtivo da legislação vigente, não será possível atingir essa meta de unidades; caso o novo Plano Diretor autorize a ampliação do potencial no local, será possível atingir o atendimento das 67UH. A SEHAB tem estudos para ambas as situações. No andar térreo seria instalado o equipamento social demandado pela Defensoria Pública.

Gerônimo Henrique Neto critica o atraso no andamento das obras do Conjunto Estevão Baião, e afirma que o acordo com a Justiça prevê a instalação de uma AMA na área junto ao Jd. Edite. **Antonio Rodrigues Martins** responde que o acordo com a Defensoria Pública decorre da realidade do decreto estadual sobre aquela área para implantação do Batalhão da PM. **Gerônimo**

Henrique Neto reitera sua opinião de que é necessário dotar o local de uma AMA em razão da carência que há na região. Entende que o terreno não deveria ser desapropriado, que sua destinação deveria se dar de acordo com a operação urbana.

Rosa Miraldo pondera que, no tocante ao Jd. Edite, a obrigação legal da OUCAE é atender a demanda atingida pelas obras. Há uma demanda muito grande de famílias ainda por atender em razão da implantação das obras nos Setores Jabaquara e Americanópolis. Já temos conjuntos entregues – Gutemberg, Iguazu, Jd. Edite e Corruínas, e diante da grande demanda ainda a ser atendida, é preciso voltar às unidades e verificar sua ocupação. Se houver desvio de ocupação devem ser tomadas as medidas adequadas para manutenção das unidades para atendimento da demanda para a qual os conjuntos foram construídos com recursos da operação urbana, sem repasses ilegais.

Antonio Carlos Cintra lembra que a questão que envolve a construção de novas unidades contíguas ao Jd. Edite está *sub judice*, de modo que enquanto não houver um acordo homologado, nada poderá ser feito.

Edilson Mineiro propõe construir consensualmente o projeto. Diz não ter visto na apresentação (conduzida pela SEHAB) como se deu essa participação da comunidade, todas as intervenções em habitação e na implementação dos projetos. A questão da comercialização demonstra que é preciso rever o pós ocupação e pensar em algo mais efetivo. Diz também não ter visto um debate sobre plano de urbanização dos assentamentos precários e as pessoas não têm a menor ideia do que acontecerá na sua vida.

Antonio Carlos Cintra pondera que, para esclarecer os projetos e propostas existe o Fórum de Lideranças dos moradores das favelas atingidas pelas obras. E que, além destas, há outras favelas que não serão atendidas na OUCAE, serão atendidas pelo plano geral da SEHAB.

João da Virgens ressalta que a preocupação das famílias atingidas é saber onde serão relocadas. Há uma grande preocupação do Fórum de Lideranças para que haja mais transparência. Falando em nome de política é fácil botar a cara na favela. Existe movimento de sem terra querendo invadir os terrenos da OUCAE. Se entrar nós vamos tirar. Os terrenos são da comunidade. Há várias mentiras sendo divulgadas. Precisamos de moradia. Há 9000 famílias, só queremos nosso direito de moradia digna para todos. Nenhum político vai invadir nossas áreas. Queremos saber quantos terrenos tem e quantas famílias vão para eles. Esses terrenos serão respeitados. Estamos cansados de ficar ouvindo. O Fórum será respeitado. Queremos moradia digna. Áreas para emprego. Transparência do início das obras.

Sheila Mendes passa a se referir a pessoas que entram na comunidade e confundem; informam que há terrenos que serão indicados para outros equipamentos. Há candidatos que, para conseguir votos, estão difundindo essas informações.

Antonio Carlos Cintra pondera que os representantes do Fórum sabem quais são os terrenos destinados à construção de HIS.

Maria de Lourdes, do Jardim Lurdes, afirma que vem participando do Fórum e que todas as demandas vem sendo trazidas, que tudo que é passado no Conselho é passado no Fórum.

Rosa Miraldo afirma que as informações válidas são as veiculadas nas reuniões do Grupo Gestor. Qualquer informação deve ser checada pelo Fórum junto à SEHAB. O Grupo Gestor é o ambiente legítimo de discussão, como também o Fórum de Lideranças. É do interesse de todos nós que a troca de informações continue, entre a Prefeitura e o Fórum de Lideranças, para dar segurança aos moradores envolvidos. Pessoas de fora vão existir, e por isso é preciso ratificar aqui no conselho todas as informações.

Benedito Barbosa diz acompanhar o movimento da área indireta na área da DERSA. Diz terem ficado surpresos pois foram informados pela SEHAB que as 1420 famílias não estão garantidas no atendimento habitacional na OUCAE. Foi encaminhado dossiê para análise do Secretário da Habitação. No caso da DERSA, a angústia é maior pois houve pedido de reintegração de posse e viemos buscar informações sobre a área indireta. **Antonio Carlos Cintra** esclarece que a lei da OUCAE indica onde será gasto o recurso. Somente serão atendidas as famílias diretamente atingidas pelas obras da operação urbana. Mesmo com a suspensão das obras do túnel, a operação urbana não dispõe de recursos para atender as famílias não atingidas pelas obras desta operação. O atendimento para estes casos deve se dar através dos programas da SEHAB.

Jose Williams da SP-JA parabeniza a comunidade e a operação urbana. Pondera que foi feito cadastramento levando em conta que a comunidade é uma área indireta. Esclarece ter entrado em contato com a SEHAB, narrando as dificuldades locais. Havia previsão de que, a partir de 2018 haveria atendimento e a possibilidade de fazer intervenções e parcerias com o governo. As pessoas não entendem o que é o cadastramento. Parabeniza o Fórum pois consegue organizar as famílias envolvidas. Afirma que não há nenhuma atuação, que o que ocorre é uma atuação de forma complementar. Assegura não haver más intenções, que a questão não é de ordem pessoal, mas com objetivo de olhar para o viés social.

Antonio Carlos Cintra lembra que a reunião do Grupo Gestor não é o Fórum de Lideranças para resolver os problemas de cada comunidade.

Tereza Herling indaga acerca do percentual de aplicação dos recursos e se é possível atender as comunidades indiretas. Sugere mapeamento das áreas desapropriadas para saber quais são as comunidades atingidas. Sugere também reuniões da SEHAB com o Fórum de Lideranças com maior periodicidade, sobretudo neste ano eleitoral, para eliminar as dúvidas e por fim aos boatos.

Antonio Carlos Cintra lembra que, através da SEHAB, havia toda uma rotina de comunicação com o Fórum. Quanto aos terrenos, a comunidade já sabe quais terrenos serão desapropriadas

Rosa Miraldo destaca que, em várias ocasiões, quando era informado nas reuniões do Grupo Gestor acerca das áreas a serem desapropriadas para construção de HIS, havia questionamento. Algumas pessoas presentes às reuniões à época afirmavam que não havia áreas, que as informações estavam incorretas. Hoje todas aquelas áreas já estão com ações devidamente

ajuizadas e várias delas já têm imissão na posse. A planta das áreas aparece a partir da 20ª reunião, devidamente acompanhadas por suas atas, no site da SP Urbanismo. Na época, a Assistente Social Sueli e sua equipe – SEHAB/HABI levavam todas as informações, de forma detalhada, ao Fórum de Lideranças.

Gerônimo Henrique Neto retorna ao assunto do Jd. Edite para destacar que há pessoas com 6 anos de aluguel social no valor de R\$ 300 reais. Afirma que trata-se de uma operação urbana de 2001 com apenas com 524 unidades habitacionais entregues, o que provoca desconfiança no governo.

Antonio Rodrigues Martins lembra que todos conhecemos o déficit habitacional do Município, da ordem de 55000 unidades, e a carência de áreas para as obras. Há, atualmente, áreas em processo de desapropriação para atender essas 55000 unidades necessárias. Lembra também da demora envolvida no processo de desapropriação. Informa que o Secretário de Habitação já fez mais de 350 reuniões com movimentos de moradia. No caso da OUCAE, os avanços vão chegando: agora temos o convênio com o Estado, de modo que trataremos junto com a CDHU a Via Parque. Frisa que já foram mostradas todas as áreas envolvidas no reassentamento ao **João das Virgens**, que concordou que parte do atendimento fosse fora do perímetro da OUCAE, embora próxima. Estamos esperando o licenciamento das obras do CDHU - Jabaquara e Campo Belo. Ressalta que a SEHAB está disposta a mostrar as informações já repassadas, se for necessário.

Antonio Carlos Cintra propõe uma reunião de esclarecimento, no final de abril, especificamente sobre HIS, das questões envolvidas neste âmbito como cadastro, as comunidades a serem atendidas e as não atendidas, para unificar os entendimentos.

Prosseguindo a reunião, o próximo tópico a tratar refere-se a obras viárias e demais intervenções em andamento. **Ricardo Pereira** da SP OBRAS, auxiliado por apresentação que passa a ser parte integrante desta ata, inicia a atualização das informações deste tópico. Começa pelas áreas destinadas a implantação de HIS, indicando no mapa aquelas sobre as quais a Municipalidade já tem imissão na posse.

Acerca do Parque Chuvisco informa que as obras já foram iniciadas em três terços da área. Havia invasores que foram retirados. Indica no slide uma terceira área, sobre a qual há uma creche, que ocupa barraco de obras da antiga EMURB. Esclarece que já está sendo mantido contato com a Secretaria da Educação para construir um edifício destinado a educação ambiental que deverá receber a creche.

Prosseguindo na apresentação das obras do Parque Chuvisco, **Ricardo Pereira** relata que, no tocante à rua Alsácia, ela deverá ser fechada, o que já foi combinado com a CET, assim como a Av. Dr. Lino de Moraes Leme, onde no trecho do parque será contruído um viaduto. A obra está temporariamente suspensa para ajuste de projetos nos edifícios da área central, devendo ser retomada em 30 dias. Acrescenta que a área da beirada da Roberto Marinho está invadida, e para remover as famílias é preciso atendê-las através de auxílio aluguel. Na sequência, o Oficial de

Justiça estará apto a lavrar o Auto de Imissão na Posse. O Parque Chuvisco terá funcionamento independente na área central até a conclusão das demais partes.

Apresentando um balanço geral das desapropriações necessárias para implantação do parque linear (Via Parque), **Ricardo Pereira** informa o início das imissões na posse – 3, dos 281 processos já ajuizados. O número total de terrenos a desapropriar é 899, dentre os quais o material técnico necessário para ajuizamento das ações está finalizado para 506 áreas, restando 393 em execução.

As obras da Via Parque demandaram a canalização do Córrego Pinheirinho, do que decorre a necessidade de remover 147 famílias do local; deste total, 112 remoções já foram realizadas com ajuda de SEHAB.

Notícia que está em preparação convênio com a SABESP que autoriza a SP Obras, através das empreiteiras contratadas, a realizar a implantação dos interceptores e repassar os custos para a Operação Urbana.

Quanto às desapropriações das áreas destinadas a implantação de HIS, **Ricardo Pereira** informa que já há 27 áreas com imissão na posse, cujo potencial estimado de atendimento é de 2.312UH. Estão em andamento as obras relativas às áreas 3, 18 e 46; as áreas 32 e 42 também tiveram suas obras iniciadas, mas na sequência paralisadas por suas respectivas empreiteiras, em face das suspensão das obras dos túneis.

Passando a abordar as obras do Prolongamento da Avenida Chucri Zaidan, e ainda do ponto de vista das desapropriações necessárias, **Ricardo Pereira** informa tratar-se de 270 imóveis envolvidos num total de 242 ações. Restam apenas 37 imóveis, cujos laudos ainda não estão concluídos, para ajuizamento de ação.

Esclarecendo dúvidas acerca dos aspectos que envolvem as obras das pontes sobre o rio Pinheiros, e iniciando pela Ponte Laguna, **Ricardo Pereira** informa que há um aditivo de contrato do projeto em curso, recorda que foi aprovado o licenciamento de duas pontes “em ferradura”, em lugar do projeto anterior de uma ponte única (denominada na ocasião de Ponte Burle Marx). De modo que estão sendo feitos os devidos ajustes de contrato. Está sendo montada uma sala de atendimento para as famílias objeto de desapropriação ou mesmo para pessoas interessadas da vizinhança que queiram se inteirar das obras. Estão sendo também tomadas as devidas providências com respeito às interferências das redes da SABESP, CETEP, CPTM, bem como buscada a autorização do DAEE para fazer as obras sobre o rio Pinheiros. **Ricardo Pereira** esclarece que a Ponte Itapaiuna não usará recursos da OU, uma vez que será custeada por obras demandadas em razão do polo gerador de tráfego de empreendimento na região. O projeto foi pago pela OUCAE, e somente projeto da Itapaiuna; quanto à Ponte Laguna, serão utilizados recursos da operação urbana.

Robin Hlavnicka indaga acerca da linha de alta tensão, que foi objeto de análise da CPPU, que por sua vez recomendou o enterramento da referida rede.

Ricardo Pereira comprometeu-se a verificar e a trazer a informação na próxima reunião do Grupo Gestor.

Cibele Sampaio pergunta a **Antonio Carlos Cintra** se o Conselho Gestor da OUAE tem caráter consultivo ou deliberativo.

Antonio Carlos Cintra esclarece que pode ser consultivo e deliberativo. Deliberativo quanto à aplicação dos recursos, e consultivo relativamente à diversas questões. Complementa informando acerca do projeto das Vias Locais do Brooklin, sobre o qual a CET deverá propor as adaptações necessárias para que se possa, por fim, contratar o projeto executivo. Antes da contratação, porém, o projeto será apresentado às associações e ao Grupo Gestor, para anuência. Informa que houve reunião com Ronaldo Tonobon, da CET, na semana anterior, de modo que as adaptações necessárias serão analisadas por aquele órgão para serem apresentadas às associações de moradores na sequência.

Indagado por **Robin Hlavnicka** acerca de se o leito da Av. Jorn. Roberto Marinho será uma via expressa, **Antonio Carlos Cintra** pondera que uma das alternativas é que seja uma via semi expressa, sem transposições, e com algumas travessias em nível, semaforizadas. O projeto não deverá prever transposições. A CET entende que deve haver retornos de uma forma que não permita invasão do trânsito nos bairros adjacentes.

Robin Hlavnicka pondera que a operação urbana prevê uma via expressa, e entende que as obras da operação urbana não poderiam utilizar recursos públicos.

Quanto à questão das vias expressas, **Antonio Carlos Cintra** esclarece que não existe vedação legal para que a CET instale semáforos em vias como estas.

Maria Lúcia Refinetti entende que, por tratar-se de intervenção da OUCAE, o Grupo Gestor deve decidir que as obras do túnel serão a última prioridade.

Robin Hlavnicka manifesta sua preocupação ainda com respeito à colocação de semáforos na av. Jorn. Roberto Marinho diante da possibilidade de execução do túnel no futuro. Entende que os recursos deveriam ter sido utilizados, quando existentes, em que pese a necessidade de aplicação nas obras de HIS.

Antonio Carlos Cintra lembrou que em algum momento deverá ser tomada a decisão acerca de fazer ou não fazer o túnel. Recorda que o projeto funcional das Vias Locais do Brooklin já foi elaborado e apresentado, restando apenas a revisão em razão da retirada das transposições. Acrescenta não pode dizer onde haverá semáforos, e que antes de fazer a licitação do projeto executivo vocês (associações de moradores do Brooklin) serão consultados.

Robin Hlavnicka sugere, por fim, que seja deixado algum gatilho para que, em havendo o túnel, essa situação possa ser revertida.

Rosa Miraldo informa que há um último slide relativo a HIS, acerca das áreas que já têm imissão na posse. E acerca desta questão, a SP OBRAS trouxe para conhecimento e apreciação do Grupo Gestor a necessidade de contratação de vigilância sobre esses terrenos que já estão sob a posse da Municipalidade.

Antonio Carlos Cintra ressalta que, apesar da maioria dos terrenos imitados tratar-se de área destinada a HIS, há também terrenos sobre os quais serão implantadas as obras da Via Parque, sendo igualmente necessária vigilância também sobre estes últimos.

Ricardo Pereira inicia os esclarecimentos informando que o pessoal da vigilância a ser contratada deverá avisar acerca de qualquer movimento de invasão comunicando a Prefeitura.

Antonio Carlos Cintra informa que o investimento estimado é da ordem de R\$ 360 mil por ano.

Renato Cymbalista manifesta seu desejo de conhecer maiores detalhes acerca dessa contratação, pois preocupa-se com aspectos como superfaturamento.

Antonio Carlos Cintra lembra que o Grupo Gestor não é responsável pela decisão do tipo de licitação a ser adotada, ou mesmo pelo contrato e planilha de preços. O Grupo aprecia se há recurso e se o mesmo pode ser aplicado na intervenção ou na necessidade prevista, mas não é submetido à sua aprovação um termo de referência.

Ricardo Pereira informa que será aberta licitação para tomada de preços para “Equipe não armada 24 horas por dia”.

Robin Hlavnicka indaga se não poderiam ser utilizados os serviços da Guarda Civil Metropolitana nesta tarefa de vigilância das áreas.

Tereza Herling esclarece que a GCM faz a guarda apenas de próprios municipais. Apesar dos terrenos já estarem imitados na posse, ainda não são, efetivamente, propriedade do Município (passarão a ser definitivamente após emissão da carta de adjudicação, ao final do processo expropriatório).

João das Virgens sugere que se coloque o pessoal da comunidade para tomar conta das áreas.

Ricardo Pereira lembra que, em razão das diversas situações que podem acontecer, é preciso treinar essas pessoas. Na SP Obras não existem especialistas em segurança. Há receio em se trabalhar com amadorismo, embora o manifesto empenho da comunidade seja fundamental.

Maria Luisa Refinetti sugere ocupar os terrenos com hortas.

Renato Cimbalista diz ser favorável à contratação de empresa de segurança, mas que não se sente devidamente informado sobre a quantidade de terrenos, o tipo de serviço, e por isso se abstém de aprovar essa contratação.

Ricardo Pereira lembra que o processo licitatório é demorado, e propõe, ao longo desse período, providenciar uma apresentação do termo de referência com os detalhes.

Antonio Rodrigues Martins sugere uma nova reunião, por volta do dia 29/04, trazendo os informes adicionais.

Rosa Miraldo volta aos slides onde é possível identificar, nas tabelas, o universo dos terrenos a serem protegidos.

Ricardo Pereira lembra que é possível incluir no próprio edital contratar pessoas preferencialmente da comunidade.

Robin Hlavnicka ressalta que é preciso saber quantos terrenos são no total.

Antonio Carlos Cintra informa que a contratação da vigilância é por equipes. Os terrenos estão próximos uns dos outros.

Robin Hlavnicka complementa dizendo que, caso haja invasões, uma equipe de três ou quatro pessoas não conseguirá impedir.

Rosa Miraldo enfatiza a importância de guarda desses terrenos, uma vez tratem-se de patrimônio público que precisa ser preservado, lembrando que já há muitas áreas ainda não ocupadas pelas obras e que precisam ser protegidas.

Robina Hlavnicka reitera a necessidade de um melhor esclarecimento a respeito. A comunidade é a principal interessada.

Benedito Barbosa sugere que o Grupo Gestor autorize a abertura do processo licitatório. Entende ser válida a discussão com o Fórum de Lideranças, com o objetivo de tomar conta dos terrenos, no sentido de que haja uma permissão de uso para ocupação provisória das áreas pela própria comunidade.

Maria Luisa Refinetti entende que a forma de ocupação através de hortas é socialmente mais justa.

Renato Cymbalista propõe aprovar o valor apresentado desde que seja melhor esclarecido. E neste sentido, seria melhor que uma minuta do termo de referência uma semana antes.

Benedito Barbosa indaga acerca de esclarecimentos sobre as áreas indiretas, sugerindo que se traga uma resposta mais firme na próxima reunião.

Antonio Carlos Cintra responde que este tema será tratado com mais detalhes.

Renatao Cymbalista manifesta sua inquietação acerca do aproveitamento dos representantes do Grupo Gestor. Sente-se subaproveitado e indaga se não é possível colocar uma proposta de revisão das operações urbanas.

Cibele Sampaio responde que houve um processo de revisão em 2011. No tocante à Av. Jorn. Roberto Marinho, a operação urbana era a única proposta para melhorar os bairros lindeiros. Mas até o presente, as melhorias não foram alcançadas. O que há é a Av. Jorn. Roberto Marinho, o Monotrilho... O Brooklin novo e o Brooklin Velho foram atingidos em cheio, e a região está igual a Moema, Berrini...

Antoni Carlos Cintra entende que a idéia é interessante, mas que precisa de adequações. Talvez compor um fórum de avaliação da operação urbana, de discussão, de nova visão deste instrumento urbanístico. Podemos, como Grupo Gestor, propor revisão da Lei e a retirada do túnel. O Grupo Gestor pode tomar uma posição, contar com uma contribuição da FAU.

A reunião foi encerrada às 18hs40min.